

Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará

Santarém: Gateway City of Historic Frontiers of Western Pará

Scott William Hoefleⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Aborda-se neste artigo o percurso de Santarém como cidade portal de múltiplas fronteiras que se desenvolveram historicamente no vale médio do rio Amazonas e no vale do rio Tapajós. Através dos séculos a cidade comandou uma hinterlândia que passou por vários surtos econômicos, desde a coleta das drogas do sertão no início da colonização portuguesa à agroindústria de hoje. Localizada entre Belém e Manaus e historicamente subordinada a estas, Santarém hoje começa a sair da sombra delas e destacar-se como polo regional administrativo, comercial, cultural e de serviços especializados. Os surtos econômicos e as transformações socioambientais são interpretados com base no modelo de redes de cidades globais de Peter Taylor, adaptado à Amazônia com o conceito de cidade portal da literatura sobre fronteiras históricas no mundo.

Palavras-chave: Surto econômico; Cidade portal de fronteira; Amazônia; Pará.

Abstract: This article treats the historical role of Santarém as a gateway city of multiple frontiers of the middle valley of the Amazon and valley of the Tapajós Rivers. Over the centuries the city has controlled a hinterland that underwent a number of economic surges, from collecting natural spices, herbs and fruit of the forest in the beginning of the Portuguese colonization to agro-industry today. Located midway between Belém and Manaus, and historically subordinated to these cities, Santarém today has become a regional center for administrative, commercial, cultural and specialized services. The economic surges and socio-environmental transformations are interpreted according to the global cities network model of Peter Taylor, adapted to the Amazon with the concept of gateway cities from the literature on historical frontiers of the world.

Keywords: Economic surge; Frontier gateway city; Amazon; Pará.

Surtos Econômicos na Fronteira Urbanizada

Desde os anos 1980, o conceito clássico de fronteira proposto por Turner [1963(1893)] e reafirmado por Billington (1970) é criticado por focalizar exageradamente a zona rural, quando, de fato, zonas de fronteira são altamente urbanizadas, mesmo que a base econômica seja rural. Como sustenta Barbier (2011), historicamente a exploração de novas

ⁱ Professor Associado do Departamento de Geografia, scotthoefle@hotmail.com

fronteiras de recursos naturais foi processo fundamental ao desenvolvimento econômico mundial, e não apenas um processo secundário, que faz lembrar da teoria clássica de Luxemburg (1913), segunda a qual, para se expandir o capitalismo sempre são necessárias novas periferias para explorar.

Assim sendo, em zonas de expansão de fronteira surgem cidades novas, que ordenam várias atividades primárias, como garimpo, mineração e madeireira, e não apenas a agropecuária, como destacava Turner (HINE e FARAGHER, 2000; MEINIG, 1986; 1993; 1998). Os mais importantes centros urbanos se tornam portais globais, canalizando recursos para atividades desenvolvidas em vastas hinterlândias e intermediando a compra e venda de produtos e de fatores de produção. No caso norte-americano, Chicago e São Francisco desempenharam esse papel para suas respectivas hinterlândias, que alcançaram meio continente (BRECHIN, 1999; CRONIN, 1991). A Amazônia brasileira não é diferente, tendo passado por processos de elevado crescimento urbano, no qual grandes cidades dinâmicas ordenam o desenvolvimento regional (BECKER; 1990; 2004; BROWDER e GODREY 1997).

Em relação à tese de Peter Taylor (2007), modelo norteador do projeto maior de pesquisa sobre as grandes cidades da Amazônia brasileira, que associa ondas de crescimento demográfico à inovação econômica e às novas funções políticas de centros urbanos, pode-se observar que as cidades dinâmicas da Amazônia geralmente são capitais estaduais, tais como Belém (Pará), Boa Vista (Roraima), Macapá (Amapá), Manaus (Amazonas), Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre). E no caso de exceções a essa regra, como Imperatriz (Maranhão) e Santarém (Pará), seus representantes, cientes das vantagens econômicas de sediar uma capital, pleiteiam a criação de novos estados. As vantagens econômicas da gestão política de territórios podem ser bem maiores do que o mero empreguismo num setor público parasitário, como na tese de preponderância urbana (*urban bias*) de Lipton (1979), pois a mais dinâmica metrópole, Manaus, desenvolveu sólidas bases industriais e de serviços especializados graças à forte atuação do estado e quase se livra da exploração predatória primária típica das elites das outras capitais da Amazônia.

No caso aqui estudado, Santarém mescla a exploração predatória primária com novas tendências urbano-industriais, constituindo-se como portal de ordenamento de múltiplas fronteiras históricas, visando mercados regionais, nacionais e globais, evoluindo de uma economia ribeirinha extrativa à economia agroindustrial. Santarém teve origem na missão fundada pelos jesuítas em 1661 na aldeia dos ameríndios tapajós, localizada na foz do rio com o mesmo nome. Historicamente, os surtos econômicos no oeste do Pará se realizaram apoiados em Santarém e, por extensão, Itaituba, fundada no século XIX pela elite seringalista de Santarém, como parte de sua hinterlândia. Santarém, como toda cidade histórica mais importante da Amazônia, tira proveito de sua posição estratégica para intermediar relações econômicas e socioculturais da sub-bacia do Tapajós e de uma área considerável do rio Amazonas (Figura 1).

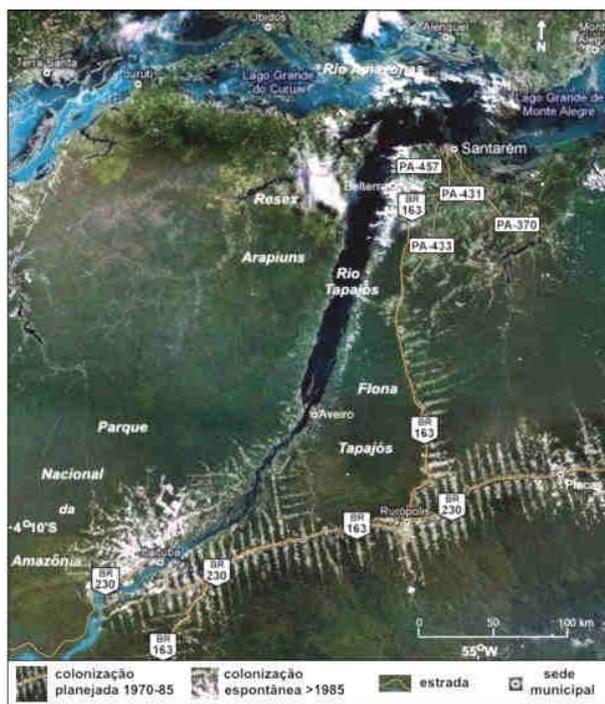


Figura 1 – Localização de Santarém na foz do rio Tapajós com o rio Amazonas.
Fonte: Google Maps (2013).

A Pesquisa sobre Surtos Econômicos na Região de Santarém

A pesquisa sobre surtos econômicos na região de Santarém foi baseada na consulta da literatura histórica e de informações secundárias e na realização de entrevistas em 2008, 2010 e 2013 junto a representantes de órgãos federais (EMBRAPA, IBAMA, INCRA), estaduais (EMATER-PA) e municipais (Secretarias de Planejamento) e de organizações não governamentais (Igreja Católica, IPAM), estudiosos locais (Cristóvão Sena, do Instituto Social Boanerges Sena de Santarém, e Regina Macedo de Oliveira, do Museu Municipal de Itaituba), representantes de grandes empresas (CARGILL, PEMATEX) e a 122 proprietários e trabalhadores rurais ao longo dos rios Tapajós e Amazonas e das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica). As entrevistas junto a produtores rurais seguiram uma amostragem estratificada por tipo de atividade agroindustrial presente na região de Santarém.¹

Para cada surto econômico, pesquisou a mobilização das forças de produção, envolvendo empreendedores que utilizam capital (K) para reunir matéria-prima (M_1), maquinaria (M_2) e mão de obra (M_3), resultando na acumulação de mais capital, que, por sua vez, é aplicado à compra de mais fatores de produção para expandir ainda mais a atividade, em espiral ascendente: $(K \rightarrow M_1 M_2 M_3 \rightarrow +K \rightarrow +M_1 M_2 M_3 \rightarrow \dots$ (cf. WOLF, 1982).

Assim sendo, a investigação focou: 1) quem introduziu a nova atividade, identificando sua origem regional e profissional bem como dos outros empreendedores que seguiram seu exemplo, 2) a origem do capital mobilizado no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se o capital era oriundo da acumulação local ou se fora da região, 3) a origem da matéria-prima usada no início

do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região, 4) a origem de maquinaria utilizada no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região e 5) a origem da mão de obra gerencial, técnica-especializada e manual mobilizada no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região.

Além disso, foram investigados os impactos positivos e negativos em outras atividades econômicas, provenientes de outros surtos contemporâneos ou anteriores, para determinar se o emprego de capital, matéria-prima e mão de obra no novo surto estimulou as demais atividades, ou, retirando fatores de produção delas, as prejudicou. Finalmente, foram pesquisadas as razões pelas quais cada atividade perdeu seu dinamismo, ficando estagnada, declinando e eventualmente sendo eliminada, bem como para onde migraram os capitalistas e trabalhadores outrora engajados nela.

Os principais surtos econômicos históricos identificados no oeste do Pará, comandados por Santarém, envolveram quatro tipos de economia local: 1) ribeirinha extrativista, 2) ribeirinha agrícola, 3) estrada-agrícola e 4) estrada-ribeirinha e agroindustrial (Figura 2). Contudo, não deve ser atribuída à sequência de surtos uma evolução linear da economia tradicional de subsistência à economia moderna comercial, pois em todos os surtos havia fortes laços com a economia global de sua época. Na verdade, atores locais só recuavam para a subsistência pura *após* o declínio ou colapso de surtos econômicos específicos, e não antes. Mesmo na época pré-colombiana havia grande adensamento de população indígena no rio Amazonas e no rio Tapajós, envolvendo uma organização política relativamente sofisticada que gerava um excedente econômico significativo, eliminado durante a Conquista Lusa (DEVENON, 1998; HORNBERG, 2005; LATHAP, 1970; MELATTI, 1987).

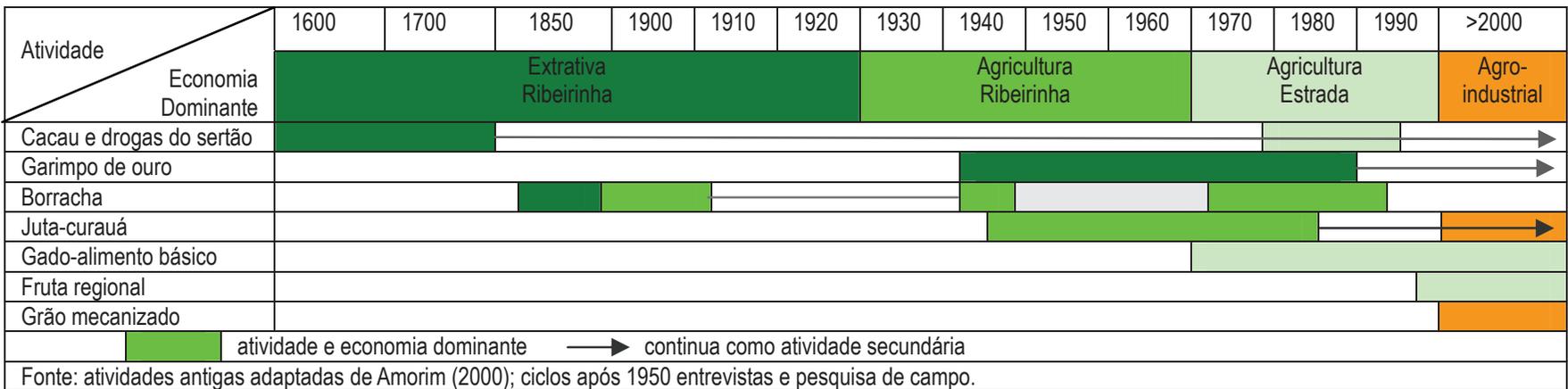


Figura 2 –Surto econômico por ecossistema em Santarém.

Em tempos históricos, começando com o extrativismo das drogas do sertão no século XVIII, seguiram-se vários surtos econômicos de produção com fins comerciais, seguidos por períodos de estagnação econômica, que levaram a maior parte da mão de obra outrora engajada na atividade a regredir para a subsistência agrícola, e outra parte dos trabalhadores a se deslocar para outras áreas da Amazônia na tentativa de continuar a atividade em questão ou buscar outra em ascensão. Dessa forma, o desenvolvimento de diferentes atividades comerciais no oeste do Pará ora atraía, ora expulsava população, mas ao longo prazo, numa trajetória ascendente de aumento demográfico (Figura 3).

O declínio de uma atividade nem sempre levou à sua total extinção, a atividade continuando em pequena escala durante décadas ou mesmo séculos ao lado de outras, podendo posteriormente ser retomada em novo contexto econômico. Foi assim com o cacau, a principal droga do sertão da época colonial, que foi retomada como lavoura na segunda metade do século XX. Outro exemplo foi o plantio de juta e malva, que após 1950 tornou-se muito significativo no baixo Solimões e alto e médio Amazonas, ao ponto de sustentar em Santarém um setor fabril de produção de sacas utilizada na exportação de *commodities* agrícolas. Na década de 1990 a atividade quase acabou, mas foi retomada em anos recentes na atual economia agroindustrial de Santarém.

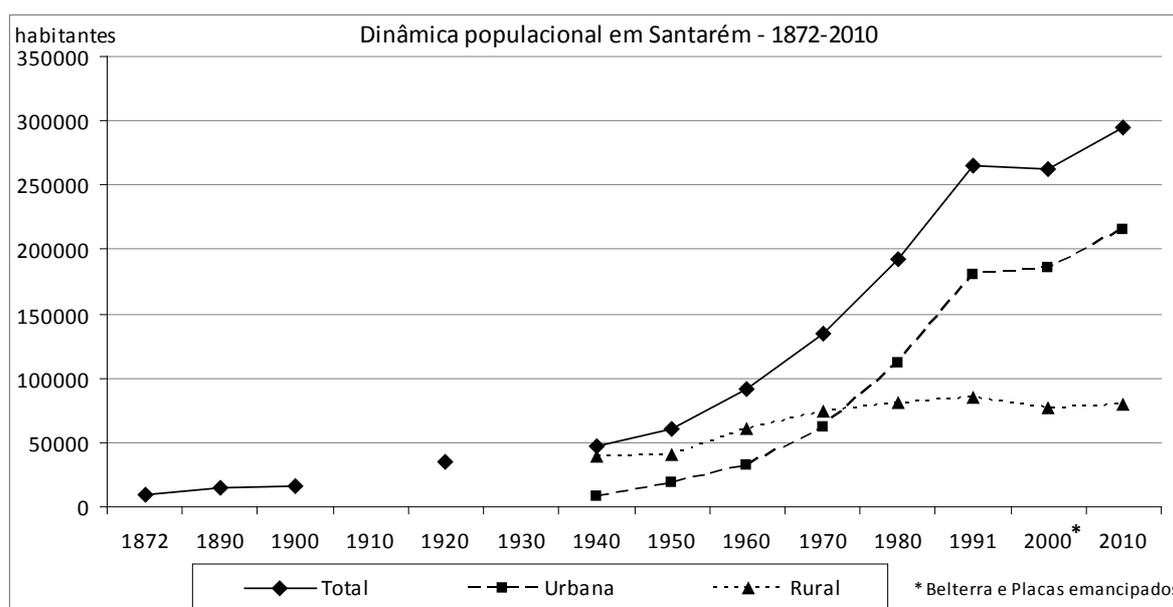


Figura 3 – Dinâmica populacional em Santarém.

Fonte: IBGE(1872-2010).

Da Economia Extrativista à Economia Agrícola Ribeirinha

O cacau e as drogas do sertão

A partir do século XVIII, no oeste do Pará, os jesuítas organizaram a população indígena catequizada para a coleta principalmente de cacau, mas também castanha, cravo, salsaparrilha, canela, pimentas variadas e outras plantas nativas localizadas na mata ao longo dos rios e floresta adentro. O centro da atividade era Óbidos, com influência rio acima e rio abaixo no que hoje é o oeste do Pará. Embora possa ser encontrado em terra firme, o cacau se desenvolve melhor em zonas de várzea ao longo de rios com sedimentos, como o Amazonas, e

não em rios cristalinos como o rio Tapajós. Óbidos se localiza em meio a um grande número de ilhas com ricos solos de várzea, o que explica sua dominância econômica da época.

Contudo, Santarém também era importante entreposto comercial para o cacau em boa parte do médio Amazonas e para os outros produtos da coleta oriundos da extensa bacia do Tapajós. Como entreposto comercial sob direção dos padres, o pequeno núcleo cresceu, merecendo a construção de um forte e alcançando o status de vila em 1758. Em 1777, a cidade contava com uma população urbana de 403 indígenas e 333 portugueses e mestiços, num total de 737 habitantes, sendo um dos maiores núcleos urbanos do interior da Amazônia. Em 1766 há registro das primeiras atividades nãoagrícolas: uma olaria oficial produzindo telhas e potes de barro (IBGE, 1956).

A economia extrativista das drogas do sertão gerava um produto comercial de exportação utilizando mão de obra indígena não remunerada monetariamente, incentivada por uma ideologia religiosa coletivista, podendo trazer benefícios locais com a provisão de ferramentas, tecidos, miçangas e a construção de edificações religiosas com valor simbólico (PRADO, 1987). A economia extrativista indígena tinha importância significativa na economia global de sua época, pois, como mostra Wolf (1982), de forma geral, a demanda indígena das américas para produtos europeus foi fundamental no surgimento das primeiras indústrias têxteis inglesas, que, por sua vez, deram partida à Revolução Industrial.

A origem do capital, maquinaria e capacidade empresarial era da ordem jesuíta, envolvendo a importação dos bens produtivos e de consumo necessários para gerir uma economia à base de troca. A atividade entrou em colapso com a expulsão da ordem jesuíta em 1763, pois esta detinha a capacidade gerencial e o capital simbólico da fé religiosa, que motivava os indígenas a aceitar trabalhar sem remuneração monetária. Tentativas posteriores de dar continuidade à atividade tiveram insucesso face à falta de capacidade gerencial do colono português leigo e à recusa dos indígenas de trabalhar sem a motivação religiosa, levando o colonizador a escravizá-los, causando a fuga em massa dos indígenas para locais inacessíveis fora dos principais rios da região. Durante décadas a população local permaneceu praticamente no sistema de subsistência indígena, até que, finalmente, uma parcela passou pelo processo de caboclicização, envolvendo a mistura étnico-cultural do colono europeu com o indígena, levando à recuperação demográfica nas áreas ribeirinhas da região em zonas de várzea ao longo do rio Amazonas (MELATTI, 1987; PRADO, 1987).

Através dos séculos, os agricultores ribeirinhos continuaram plantando cacau em pequena escala além de outras lavouras e fruteiras. Não teve sucesso uma tentativa de plantar cacau em maior escala no início do século XX em terra firme ao longo do rio Tapajós na localidade de Urucurituba, município de Aveiro, devido a pragas. O mesmo problema ocorreu, posteriormente, com plantios de cacau em projetos de colonização na BR-163 e BR-230.

O principal produto da coleta em terra firme de zonas ribeirinhas sem a presença de várzea ao longo do rio Tapajós era a castanha-do-pará, obtida em pequenas quantidades de coletores indígenas e ribeirinhos caboclos por meio do escambo com comerciantes, os regatões, e revendida em Santarém antes de seguir para Belém, de onde era exportada (MATTA e LARAIA, 1978). Até hoje a coleta da castanha é praticada em áreas ribeirinhas do Tapajós, fornecendo uma modesta renda monetária para uma das populações mais pobres da Amazônia. Contudo, a castanha não tem valor para os agricultores que chegam de outras regiões do país e se fixam ao longo das estradas construídas a partir dos anos de 1950 na região, de forma que nenhum dos entrevistados se ocupa com essa atividade.

Na verdade, antes da proibição recente de seu corte na abertura de roças, a castanha era derrubada, assim como as outras árvores. Hoje, com a proibição encontram-se castanheiras solitárias no meio de roças e pastos, com tronco queimado pelo fogo e condenadas à morte, pois a castanheira não sobrevive isolada das outras árvores da floresta.

Do extrativismo da borracha ao plantio da seringueira

Na segunda metade do século XIX, a Amazônia seria estremecida por um novo ciclo baseado na exploração da borracha. Santarém, contudo, não foi por ele tão afetada por duas razões: por suas condições de porto intermediário e pelas condições naturais do Tapajós. O extrativismo da seringueira nativa nunca foi de grande escala em Santarém. Ao contrário dos rios Madeira, Purus e Solimões, que nascem nos Andes e, consequentemente, são rios ricos em sedimentos, formando várzeas e sustentando espécies florestais variadas, o rio Tapajós corre em rochas cristalinas, pobre em sedimentos, só formando praias arenosas e terra firme, também de baixa fertilidade, que sustentam menor número de seringueiras. Enquanto no máximo são encontradas cinco seringueiras por hectare na região de Santarém, em zonas de várzea há mais de dez por hectare. As seringueiras eram mais produtivas quando plantadas em áreas de roças abandonadas. Ainda hoje, antigas seringueiras são encontradas nos arredores de comunidades ribeirinhas e, em anos recentes, começam a ser re-exploradas com a extração de látex em nova fase de produção.

Apesar disso, no auge da borracha a cidade foi um centro significativo na comercialização do produto, dando sustentação econômica à oligarquia da família Correa, os chamadas “coronéis de barranco”, que dominaram a política local de Santarém e Itaituba até 1930. A população no município de Santarém aumentou significativamente neste período, indo de 9.271 habitantes em 1872 a 34.944 habitantes em 1920 (IBGE, 1920).

Santarém teve papel mais importante no declínio da seringa, sendo palco do episódio do contrabando de sementes de seringueira pelo inglês Henry Wickham. Este chegou em Santarém em 1876, e como estrangeiro de modos mais refinados, começou a frequentar a alta sociedade local, fazendo contatos com seringalistas. Por meio de visitas às suas explorações, tomou conhecimento dos cuidados necessários com a seringueira e, adquirindo sementes, conseguiu contrabandear-las para a Inglaterra. O Kew Gardens de Londres desenvolveu mudas, que, por sua vez, foram levadas à Malaia para cultivo em grande escala em bases técnicas agrônomicas, alcançando o plantio de quatrocentas árvores por hectare *versus* de cinco a dez por hectare da ocorrência nativa na selva amazônica.

Nas tentativas de cultivar a seringueira em escala maior na Amazônia, a região de Santarém assumiu importância. Com o objetivo de tornar-se independente do monopólio inglês da borracha, nos anos de 1920 a Ford Motor Company implantou uma “*plantation*” na localidade de Fordlândia (hoje localizada no município de Aveiro), e depois, outra em Belterra (outro distrito de Santarém, hoje município). A primeira “*plantation*” enfrentou dificuldade porque foi situada em local ao longo do rio Tapajós de difícil acesso nos meses de setembro a janeiro quando o rio está em nível baixo. A “*plantation*” da Ford em Belterra se localizou rio abaixo, em local de águas profundas de até 20 metros perto da foz do Tapajós com o Amazonas. Outra dificuldade foi o surgimento de fungos, o eterno problema com produção em escala comercial na Amazônia. Em 1933 foi contratado um agrônomo inglês especializado no cultivo da seringueira na Malaia, que introduziu mé-

todos científicos de cultivo, envolvendo espaçamento de precisão em setores quadriculados numerados, mão de obra especializada e uso de inseticida e fungicida. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da ocupação japonesa das zonas produtoras do Sudeste Asiático e coincidindo com o início da produção de borracha sintética à base de petroquímica, a Ford desistiu da experiência e devolveu as terras à União e vendeu a infraestrutura ao estado do Pará. A Ford ainda manteve a infraestrutura de armazéns, maquinaria e hospitais durante mais quatro anos esperando o governo assumir sua administração. Quando isso não aconteceu tudo foi abandonado e hoje só restam ruínas (Figura 4).²

O Ministério da Agricultura assumiu os seringais em 1962. Sem os mesmos cuidados no corte e no trato das seringueiras, estas foram morrendo, mas algumas ainda podem ser encontradas em quintal de moradores de Belterra. Os bairros dessa pequena cidade e da vila de Fordlândia seguem a numeração setorial das antigas “*plantations*”, e a organização urbana é descentralizada, dando ar de uma aglomeração de chácaras espalhadas pelos setores.

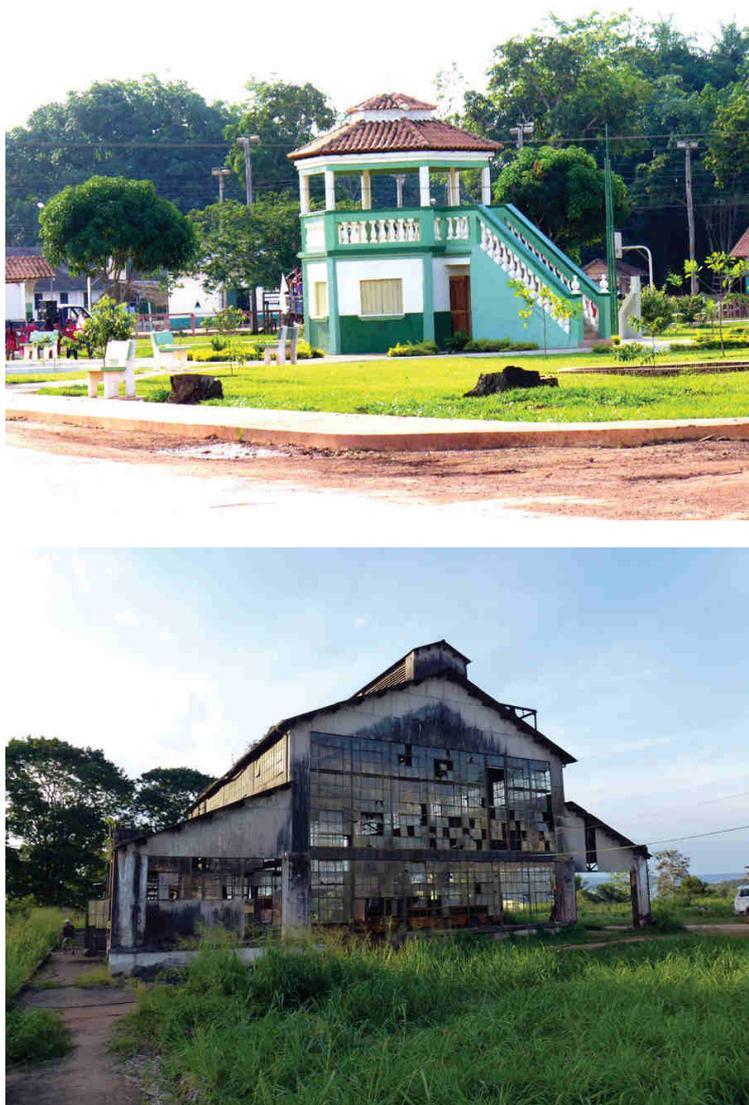


Figura 4 – “Centro” de Belterra (2008) e ruínas das instalações da fábrica da Ford em Fordlândia (2013).

Durante os anos 1970 e 1980 houve tentativas oficiais de introduzir o cultivo da seringueira na Amazônia por meio do órgão governamental SUDHEVEA, criado em moldes da CEPLAC pelo Ministério de Indústria e Comércio. Em comparação com a esparsa ocorrência da seringueira nativa na região, houve até uma certa expansão da atividade (Figura 5). Contudo, não havia mercado para o produto num mundo dominado por sintéticos. Também houve muito desvio dos financiamentos do plantio para mercados especulativos, envolvendo inclusive políticos importantes do Pará. Os financiamentos num momento de hiperinflação também eram excessivamente generosos, com sete anos de carência, apenas 7% de juros ao ano, sem correção monetária, resultando em juros negativos, de forma que quando um produtor ia saldar seu empréstimo, este pouco valia, sendo equivalente a uma caixa de fósforos. O fim dos subsídios e o controle da hiperinflação nos anos de 1990 acabaram com a experiência de plantio da seringueira, mostrando que o interesse era mais especulativo do que produtivo.

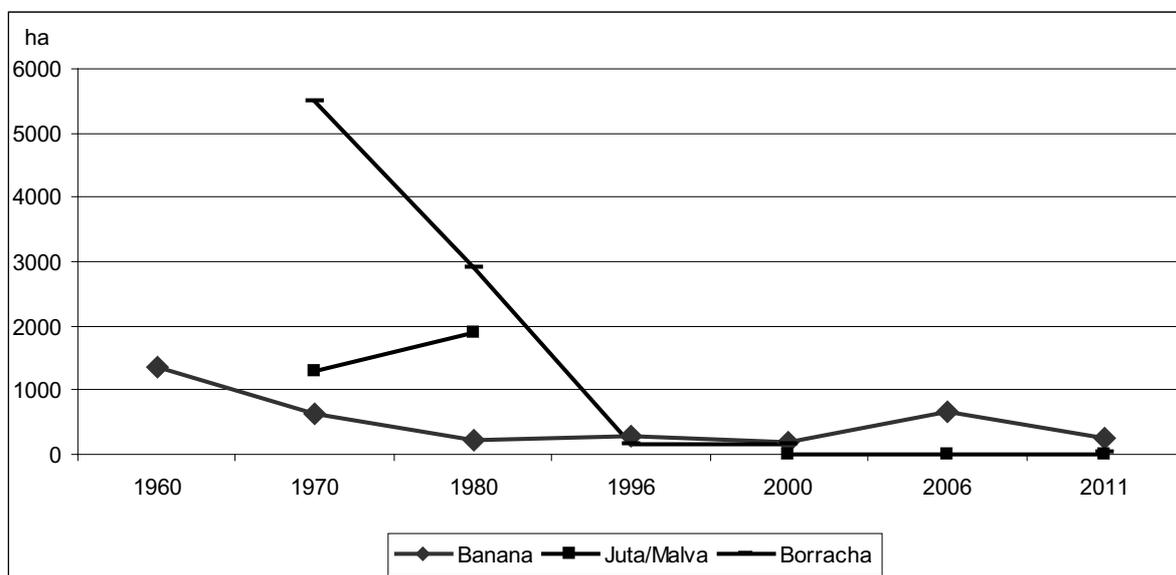


Figura 5 – Evolução decrescente dos cultivos comerciais históricos.

Fonte: IBGE (1960-2006; 2000; 2011).

Atualmente existem experiências no beneficiamento artesanal do látex por ribeirinhos articulados à ecoeconomia solidária. Contudo, por enquanto, o mercado de bolsas e calçados de látex está muito limitado, e existem problemas com a qualidade do produto.³

Plantio e beneficiamento da juta

A juta foi introduzida na Amazônia por imigrantes japoneses, e localmente, em 1934, por Ryota Oyama, que trouxe mudas de Parintins. A juta é plantada em imersão e se adaptou bem à zona de várzea, onde se difundiu amplamente entre pequenos agricultores ribeirinhos. Apesar das péssimas condições de trabalho da juta, que exige horas de trabalho dentro da água, no auge de sua valorização, os agricultores mantinham-se no seu cultivo porque alcançava-se bom preço, recebiam em dinheiro no ato da compra e o único insumo necessário à produção eram as sementes. Estas eram fornecidas pelo comprador

representante das fábricas de beneficiamento do produto, localizadas em vários pontos do rio Amazonas: Manacapuru (AM), Parintins (AM), Santarém (PA) e Castelhão (PA).

Foi tal a expansão do plantio de juta na região, que, a mando do Governo Federal, instalou-se em 1951 uma fábrica de porte significativo de fiação e tecelagem, a Tecejuta, para beneficiá-la e produzir sacas utilizadas na exportação do café do país (Figura 6). A maquinaria era de origem inglesa. A mão de obra na fábrica era de origem local, e não necessitando de grande qualificação, o operário ganhava no máximo um salário mínimo.

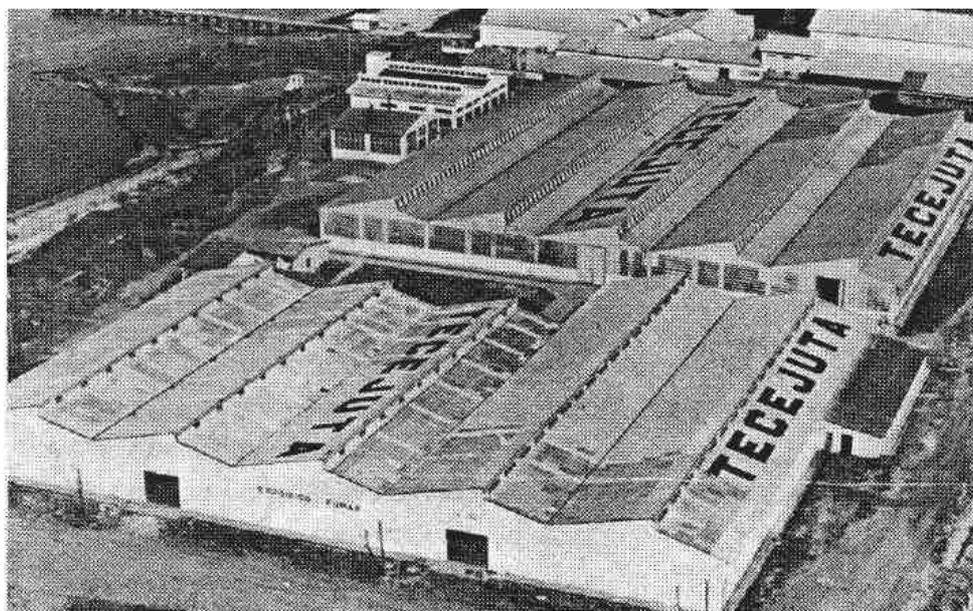


Figura 6 – A fábrica de saca de juta e a orla de Santarém na década de 1950.
Fonte: Amorim (2005), Instituto Social Boanerges Sena.

O capital para montar a fábrica era federal, e o diretor durante muitos anos foi o imigrante japonês, mais tarde naturalizado brasileiro, Kotaro Tuji, o mesmo que introduziu o cultivo da juta na Amazônia. Passando a comerciante, a partir de 1946 Tuji tornou-se o proprietário de grande firma de comercialização de juta: L. G. Tuji & Cia. Foi ele quem mais difundiu a lavoura na região. A ideia de introduzir a juta na Amazônia nos anos de 1930 se baseou no desejo de o Japão ficar independente das zonas produtoras de juta no Ceilão e na Índia (colônias britânicas na época), e por meio do Tuji inverteu-se o processo que ocorreu com a borracha: sementes de juta, um “*commodity*” importante, foram levadas de sua região de origem, aprimoradas e adaptadas às condições ambientais da Amazônia (FONSECA, 2006).

Nesse período a população rural e sobretudo a urbana de Santarém deram um salto de 38.862 habitantes e 8.697 habitantes, respectivamente, em 1940, a 73.891 e 61.324 em 1970. A população ativa na agricultura envolvia 12.239 trabalhadores em 1940 e subiu para 27.146 em 1970, ao mesmo tempo em que os trabalhadores na indústria aumentaram de 2.194 para 3.142 (IBGE, 1940; 1970). Isso refletiu principalmente no dinamismo do setor da juta desde o plantio ao longo do rio Amazonas até seu beneficiamento e industrialização na cidade de Santarém.

A partir dos anos de 1980, a juta começou a declinar por várias razões: 1) a fibra sintética eliminou o uso de fibra natural, 2) a introdução do navio granoleiro, inovação tecnológica, eliminou a necessidade de ensacar produtos agrícolas e 3) a expansão da Zona Franca de Manaus atraiu mão de obra, causando êxodo rural local e a falta de trabalhadores no campo. A Tecejuta acabou fechando nos anos de 1980. Os comerciantes se deslocaram para outras atividades e os operários da fábrica ficaram desempregados. Alguns agricultores localizados mais próximos a Santarém mudaram de ramo para a produção de hortaliças e frutas para a cidade, que já atingia 180.018 habitantes em 1991. Os outros agricultores, a grande maioria, reverteram para o cultivo de mandioca e outros alimentos tradicionais da várzea, decaindo assim de produtores comerciais para produtores semicomerciais ou mesmo de semissubsistência.

Do garimpo de ouro à mineração

Um dos eventos mais significativos do desenvolvimento recente da região Santarém-Itaituba foi a descoberta de ouro nos anos 1960 nos afluentes do rio Tapajós. O garimpo injetou grandes volumes de dinheiro na economia local, mas é difícil de saber exatamente quanto, tal a sonegação de impostos e contrabando do ouro para fora do país. Houve forte estímulo ao comércio em geral. Comerciantes locais se engajaram na atividade fornecendo material e comprando o ouro. E um grande movimento em bares e bordéis surgiu para atender aos garimpeiros depois de meses de trabalho duro e monótono nos confins dos igarapés. Um impacto negativo decorrente foi o de inflacionar o custo de vida local, que permanece alto até hoje. Outro impacto negativo foi introduzir o exibicionismo consumista, envolvendo a ostentação pelas ruas de veículos de alto luxo, extremamente caros, simbolizando a disparidade social.

Além de atrair população ribeirinha de longa data na região, o garimpo também esvaziou a colonização incipiente ao longo das rodovias e atraiu uma multidão de agricultores sem terra ou filhos de pequenos sítiantes do Maranhão, que foram diretamente trabalhar como peões no garimpo. Assim sendo, o impacto inicial no setor agrícola foi bastante nega-

Assim sendo, com o garimpo volta-se ao extrativismo, agora de forma mineral, mas mantendo-se a divisão social do trabalho praticamente inalterada. Eram três os personagens no garimpo: o peão, o dono do garimpo e o comerciante comprador do ouro. O peão fazia o trabalho duro e insalubre de procurar um filão de ouro utilizando equipamento de pressão para escavar as bancas do igarapé acima da lâmina da água ou com equipamento de sugar mergulhando na água. Por seu trabalho o peão ganhava 25 gramas em 100 gramas de ouro apurado. O dono de garimpo morava no local e administrava os trabalhos, mandando nos demais trabalhadores, pois era ele que detinha o capital necessário ou conseguia material e comida adiantados dos comerciantes compradores. Estes eram sediados em Itaituba e Santarém, para onde iam os donos de garimpo, e faziam os acordos verbais pelos quais era adiantado o material necessário em troca de exclusividade da venda meses depois. No ato da venda descontava-se o valor do adiantamento, mas o preço pago pelo ouro era muito baixo.

Pelos relatos de ex-garimpeiros entrevistados, as condições de trabalho no garimpo eram péssimas, beirando o que hoje é definido como “escravidão”. O peão trabalhava longas horas, dia após de dia, talvez tendo o domingo de folga. Mesmo doente com malária, que infestava os acampamentos, se não levantasse para trabalhar, era despedido. Dormia em rede embaixo de lonas de plástico, comia mal, à base de carne seca e farinha, às vezes melhorado com arroz e feijão. Enquanto isso, um dono do garimpo rico não poupava despesa para festejar seu aniversário, mandando buscar bebida e comida especial por avião em Belém.

No tempo passado no meio da mata, a única recreação à noite era o consumo de cachaça. Assim sendo, tanto dono de garimpo como peão compensavam o tédio dos campos indo para a farra na cidade. O peão gastava seu dinheiro em bares e prostíbulos de baixo nível, enquanto o dono de garimpo frequentava os melhores estabelecimentos da cidade, comprava casa e carro de luxo. Apenas alguns donos de garimpo tiveram o bom senso de investir em fazendas, geralmente no entorno da cidade de Itaituba, prevenindo o dia em que o garimpo acabaria. A grande maioria dos donos de garimpo gastou toda sua renda, terminando a vida na miséria, mesmo fim do próprio Nilçon Pinheiro, que chegara a ser deputado estadual no seu momento de auge.

O sistema de acordos informais num contexto de extrema desigualdade da renda entre peão, dono do garimpo e comerciante se sustentou enquanto este, na ponta do fornecimento dos insumos e compra do ouro, era bem capitalizado, situação que mudou radicalmente com o Plano Collor, de 1990. Neste plano, as aplicações financeiras dos comerciantes foram confiscadas, ao mesmo tempo em que a moeda nacional, o cruzeiro novo, valorizou-se subitamente em relação ao dólar. O capital de giro dos comerciantes ficou preso durante seis meses, e, quando devolvido, havia sofrido forte desvalorização, ao mesmo tempo em que o preço dos insumos subira radicalmente. Mesmo com o fim do confisco, quando alguns comerciantes tentaram reiniciar a atividade, a alta do preço dos insumos inviabilizou o garimpo de pequena escala. O comerciante continuou a adiantar os materiais, mas quando os garimpeiros voltavam do mato com o ouro, a renda recebida, após descontar os custos, era tão pouca, que eles davam calote nos comerciantes e fugiam. Como o esquema de adiantamento e venda preferencial era baseado na “palavra” dos envolvidos, isto é, em contratos orais, a atividade assim constituída entrou em colapso.

Ao mesmo tempo, visando combater sonegação e contrabando, o Governo Federal começou a favorecer a exploração empresarial, criando um setor de mineração na região que diversificou o rol de produtos extraídos, tendência essa que também foi comum em outras fronteiras históricas da mineração (HINE e FARAGHER, 2000). No sentido de gerar maior valor agregado e divisão do trabalho mais complexa, foi significativa a instalação de uma fábrica de cimento Portland em Itaituba, localizada ao longo do rio Tapajós, 15 quilômetros a oeste da cidade pela BR-230. Foram descobertos depósitos de calcário na região acessíveis por transporte fluvial, material esse que alimenta a indústria bem como o agronegócio de soja no planalto de Santarém e Belterra, recentemente iniciado.

Após 1990, muitos ex-peões foram para as frentes de expansão agrícola, nas estradas vicinais distantes nos municípios de Santarém e Itaituba, onde, embora vivendo de forma bem simples, se consideram em condições de vida muito melhores do que quando trabalhavam no garimpo. Moram em casas simples, mas sólidas e secas, dormem numa cama, comem o produto de suas roças e criações, e, de especial importância na sua percepção, são donos de si, podendo se dar ao luxo de não trabalhar se estiverem doentes ou se estiver chovendo muito.

O Surgimento da Economia Agrícola de Estrada

Durante séculos Santarém foi um centro urbano importante, graças à sua localização, na foz do rio Tapajós com o rio Amazonas, que no passado servia principalmente à população ribeirinha de uma grande hinterlândia, intermediando a compra de produtos primários, revendendo ferramentas e outros produtos manufaturados e prestando limitados serviços de educação, de saúde e de comunicações, concentrados na sede municipal. Com a construção das estradas estaduais nas décadas de 1950 e 1960 e das estradas federais na década de 1970, a cidade passa a ser portal de nova fronteira regional, a fronteira agrícola com base em rodovias. Mas, diferentemente do leste do Pará, esse foi um processo bastante irregular no oeste paraense por causa da concorrência do garimpo pela pouca mão de obra disponível localmente.

Imigração nordestina e binômio gado-alimento básico

Antes da construção das rodovias federais, já na década de 1950, teve início a construção de estradas rudimentares pelo Governo Estadual, a PA-431 e PA-433 em direção ao sul, e a PA-370 em direção ao sudeste da cidade no chamado “Planalto de Santarém”, uma área plana, elevada a mais de 100 metros de altitude e de uma extensão de cerca de 100 quilômetros. Essa área foi colonizada na época por pequenos produtores originários do Maranhão, que exploravam alimentos básicos, mas que enfrentavam sérios problemas para comercializar sua produção em função das péssimas condições das estradas (IBGE, 1969).

Com a abertura das rodovias federais, a região atraiu mais imigrantes, e a população do município deu um salto de 135.215 para 191.950 habitantes entre 1970 e 1980. Contudo, a população rural só aumentou, de 73.891 para 80.293 habitantes, sinalizando para a saída de população de áreas ribeirinhas e para a pouca fixação ao longo das estra-

das devido à concorrência do garimpo e do próprio crescimento da cidade de Santarém. Ou seja, verifica-se forte expansão da população ativa engajada no setor agrícola, indo de 12.212 habitantes em 1950 a 27.144 habitantes em 1970, em função do crescimento do cultivo da juta em zonas ribeirinhas e do início da colonização ao longo das estradas, inclusive com abertura de novas frentes de colonização com a construção da BR-163 e da BR-230. A partir de 1970, porém, a corrida pelo ouro provocou saída de população em ambas áreas, e a população ativa na agricultura caiu para 23.420 habitantes em 1980, ficando praticamente estagnada até 1991 (idem, 1950-1991).

A corrida pelo ouro e a colonização agrícola geraram na zona rural uma dualidade étnico-regional: paraenses, ao longo dos rios, e nordestinos ao longo das estradas, sobretudo agricultores vindos do Maranhão (Tabela 1). Através dos anos os maranhenses se instalaram em terras da União; até 1985, em assentamentos planejados do INCRA ao longo da BR-163 e da BR-230, e após essa data, em ocupação espontânea em todas as rodovias do município, gerando dois padrões espaciais, respectivamente a clássica espinha de peixe na colonização planejada, e outro, desordenado, inclusive com maior grau de desmatamento na colonização espontânea como pode ser observado na figura 1.

Tabela 1 – Origem da população de Santarém, 1960 a 2000 (%).

Origem	Pará	Outros Estados do Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste e Sul	Exterior
1960	79.301	986	11.507	0	103	167
1970	120.461	1.430	12.630	62	325	212
1980	167.498	2.627	17.642	615	3.262	269
1991	232.674	4.005	22.789	1.047	4.130	240
2000	390.591	6.584	25.876	2.115	4.806	154

Fonte: IBGE (1970-2000).

Os pequenos produtores de origem maranhense produziram alimentos básicos em regime de semissubsistência. A partir de 1970 houve lenta, mas contínua, expansão da área em arroz, feijão, mandioca e milho (Figura 8). Essas lavouras produzem alimento para o produtor, mas geram pouca renda por área plantada, refletindo no pequeno aumento da área plantada em alimento básico até 2000, apesar do grande crescimento da população urbana de Santarém. O surto e a queda de produção do arroz e do milho após 2000, por sua vez, devem-se aos produtos mecanizados do agronegócio recentemente introduzido (tratado abaixo).

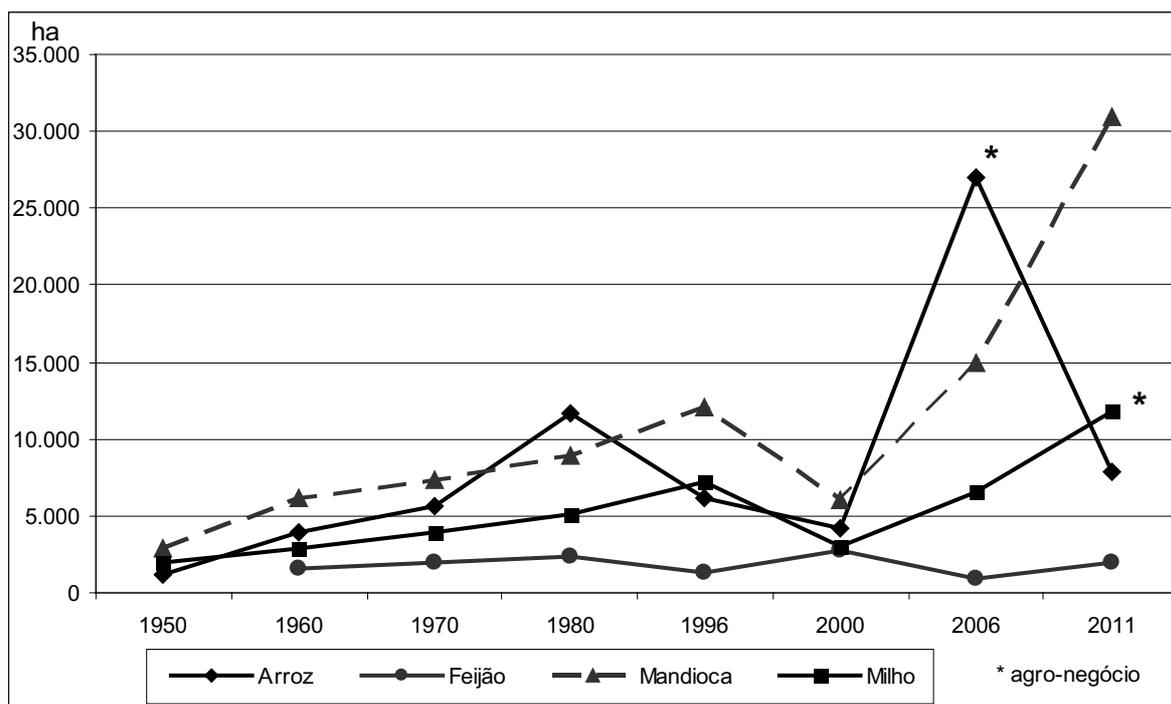


Figura 8 – Evolução da área plantada em alimentos básicos em Santarém.

Fonte: FIBGE (1940-2006; 2000; 2012).

O processo de colonização ao longo da BR-163 ao sul de Santarém também envolveu a instalação de fazendas de gado também por nordestinos, geralmente cearenses, que primeiro tiveram sucesso no comércio urbano e depois diversificavam seus investimentos montando fazendas. Esse tipo de atividade ocorre ainda hoje, mas em áreas mais distantes, a cerca de 100 quilômetros de Santarém, nos municípios de Belterra e Aveiro, que ficam além da zona de agronegócio da soja. Baseada em pasto de pisoteio, a pecuária de corte é atividade extensiva no uso da terra, de forma que exige grandes áreas de pasto para gerar uma renda significativa. Pequenos produtores podem ter algumas cabeças de gado como fonte de renda suplementar e como forma de poupança, mas para ser uma única forma de renda é preciso possuir pelo mais de 500 hectares de terra. Um grande fazendeiro entrevistado com uma propriedade de 2.800 hectares de terra, dos quais 300 hectares estão em pasto para trezentas cabeças de gado, gerou uma renda líquida alta, de R\$90.090 em 2007, vendendo seus animais a um frigorífico de Santarém para o consumo da cidade.

Em Itaituba formaram-se padrões semelhantes. Na BR-230, em direção leste, a Rurópolis, a ocupação seguiu o modelo ordenado e o padrão espontâneo na BR-230 em direção oeste a Jacarecanga e nos ramais a norte da cidade. Nessa área há uma faixa de fazendas num raio de 40 a 50 quilômetros ao redor da cidade que foram completamente desmatadas. Depois delas, nos ramais, localizam-se pequenos produtores que chegaram depois e que hoje estão sendo pressionados pelo IBAMA para se retirar da área invadida do Parque Nacional do Amazonas e para cumprir a reserva legal de 80% da propriedade em floresta.⁴

Quase todos os pequenos produtores são oriundos do Maranhão, e atualmente seu principal cultivo comercial, o arroz, está sendo atacado por fungo, fazendo com que eles partam para a criação de gado bovino em pequena escala. Como possuem pouca área para isso, são tentados a ultrapassar o limite legal de desmatamento. Devido aos problemas para escoar sua produção durante a safra na estação de chuvas e ao tamanho limitado do mercado urbano local, esse tipo de produtor tem renda agrícola muito baixa, em média R\$1.956 em 2007, valor inferior aos pagamentos sociais de aposentaria e bolsa família, que somaram R\$2.354 no mesmo ano.

Fracasso da pequena produção comercial frutífera regional e da pimenta-do-reino

Como a pecuária bovina não é a atividade mais indicada para o pequeno produtor, desde o início do processo da colonização planejada procuram-se atividades mais intensivas e mais rentáveis, que passam a ser viáveis num lote padrão do INCRA de 100 hectares. As atividades comerciais mais importantes no início da colonização foram a pimenta-do-reino e o cacau, e mais recentemente o açaí e o cupuaçu (Figura 9). Já antes de 1970 a pimenta-do-reino estava presente ao longo das estradas rudimentares do município, mas aos poucos foi atacada por fungo e ao mesmo tempo o preço caiu, de forma que só restam hoje na região os pés abandonados. O cultivo de cacau aumentou de forma significativa na região de Santarém, mas, na ausência de terras roxas apropriadas para essa lavoura, a área de cacau sempre foi pequena, em comparação à região de Altamira, que foi o foco do cacau na Transamazônica. Contudo, com o plantio em maior escala em monocultura, surgiram fungos como a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso*), que dificulta a atividade em áreas de terra firme, problema ausente em áreas de várzea mais adequadas ao seu plantio.⁵

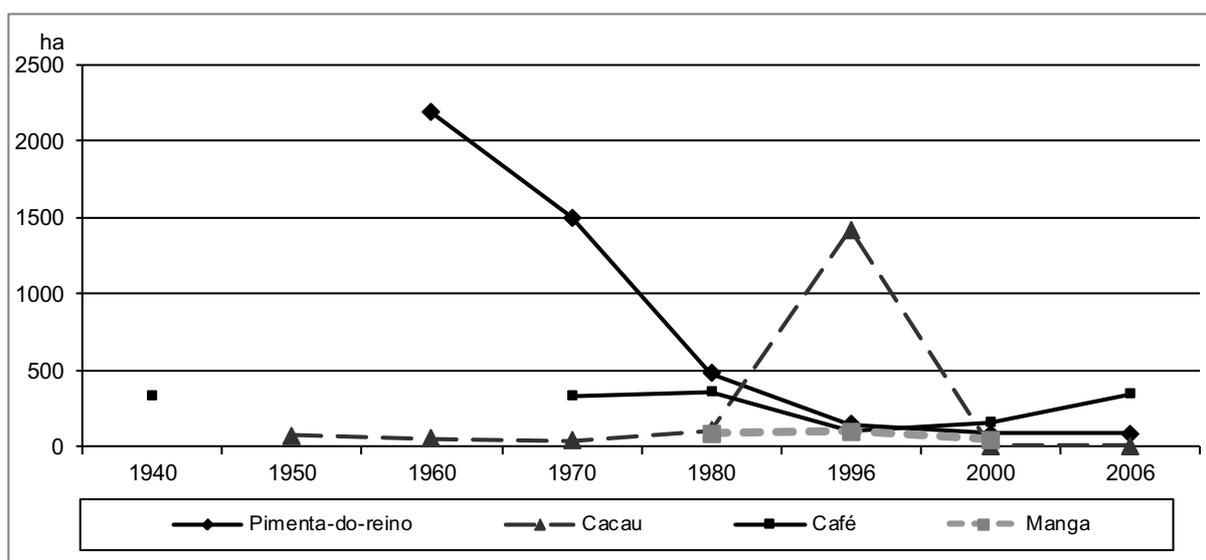


Figura 9 – Evolução da área plantada em cultivos comerciais de estradas.

Fonte: FIBGE (1960-2006; 2000; 2011).

Na década de 2000, o mesmo fungo do cacau inviabilizou o carro-chefe dos chamados sistemas agroflorestais, o cupuaçu, resultando no abandono da lavoura. Atualmente, o serviço estadual de extensão rural EMATER-PA está introduzindo uma variedade de cupuaçu desenvolvida pela EMBRAPA que é mais resistente ao fungo. Infelizmente, não estão sendo introduzidos junto à variedade resistente a métodos da agroecologia ou da permacultura que promovem maior biodiversidade nas áreas plantadas. Se houver insistência no plantio em monocultura, as novas variedades logo perderão a resistência ao fungo.

Por enquanto o cultivo do açaí não encontra problema de praga e apresenta ótimas perspectivas de mercado para o pequeno produtor. O açaí é palmeira nativa em áreas de igapó na Amazônia, mas a EMBRAPA desenvolveu variedades que podem ser plantadas em terra firme, usando irrigação de gotejamento para manter a umidade necessária. Mais uma vez, como se fez com o cacau, tenta-se adaptar um cultivo de áreas brejeiras para outro ambiente com condições diferentes de umidade e solo visando plantar em maior escala na terra firme, mas corre-se o risco de aparecer alguma doença ou praga que também pode inviabilizar o açaí.

Mesmo enfrentando vários problemas, o cultivo de frutas regionais ainda propicia uma renda maior ao pequeno produtor do que o cultivo de alimentos básicos, de R\$5.902 ao ano em média para os produtores entrevistados. Contudo, fruticultura comercial só é viável ao longo de estrada pavimentada, pela qual há possibilidade de escoar a produção durante a época de chuvas, quando se colhe a safra.

Santarém, Centro Regional de uma Economia Agroindustrial Emergente

Em função da implantação de infraestrutura fabril e logística articulada à economia global, na década de 2000, surgiram atividades agroindustriais em Santarém e Belterra que promoveram a integração da agricultura e da indústria, como também a integração de ecossistemas ribeirinhos e de terra firme ao longo das rodovias. Dentre elas destacam-se algumas, a seguir apresentadas.

A retomada da juta e da malva e a introdução da curauá para a eco-economia mundial

Com a instalação de uma fábrica da PEMATEC, em 2004, na zona rural próxima a Santarém que produz manta à base de uma mistura de fibra natural, sintética e reciclada, houve a retomada do plantio de juta e de malva em áreas de várzea ao longo dos rios Amazonas e Solimões e a introdução da fibra curauá na terra firme às margens dos rios ou ao longo das rodovias de Santarém. A curauá é uma bromélia com tratos agrícolas e processamento inicial semelhantes ao sisal. Seu potencial como fibra natural é conhecido desde os anos de 1920 (PINHEIRO, 1928), mas só tem exploração comercial na região a partir de 2000. Possui fio longo de alta resistência que é acrescentado à mistura de fibras em mantas para aumentar a resistência do produto, uma vez que a juta e a malva têm fio curto e relativamente frágil. Assim, 10% da mistura de fibras são compostos de curauá, 50% de juta ou malva e 40% de fibra sintética e reciclada, que,

quando submetida a altas temperaturas numa prensa pneumática, faz a liga da manta das diferentes matérias.

Em consequência da maior proporção de juta e da malva na fabricação de manta, a agricultura de várzea é muito mais estimulada pela demanda de fibras para a fábrica do que a agricultura de terra firme. Contudo, a retomada do plantio de juta e malva foi maior no baixo Solimões do que localmente, e nem sempre os agricultores de várzea cumprem seus acordos com a fábrica, podendo vender para um comprador rival de Belém, como aconteceu em 2009, forçando a PEMATEC a importar juta da Índia.

A curauá é de produção local e propicia renda bastante alta para pequenos produtores. Um produtor entrevistado de estrada em Belterra obteve uma renda de R\$12.350 em 2009, muito acima da renda de pequeno produtor de alimentos de estrada ou da beira do Tapajós, cuja renda raramente ultrapassa meio salário mínimo por mês.

A fábrica da PEMATEC pertence a um grupo de São Paulo, e o destino da manta produzida são as fábricas nacionais de veículos, colchões e sapatos, que, por sua vez, podem ser exportados para o Mercosul e a Europa. A manta é usada como forro de teto, portas e assentos de veículos, bem como forro interno de colchão e em palmilha de sapato. A fábrica emprega mão de obra local oriunda da zona rural de suas redondezas, que é por ela treinada. O menor salário é para o trabalhador não qualificado, que recebe um salário mínimo (R\$430,00 em 2008), enquanto na mesma época um operador de máquina recebia R\$1.100 e a secretária do escritório, R\$1.000. A unidade é gerenciada por três engenheiros, dois de origem paulista e outro nordestino, que ganhavam de R\$8.000 a R\$12.000 mensais em 2008. As condições de trabalho para os operários são rigorosas, uma vez que a edificação é metálica e as prensas trabalham a 240°C em região onde é comum temperaturas acima de 40°C.⁶

O problema da irregularidade do abastecimento de juta e malva foi, possivelmente, a razão mais forte para o fechamento da fábrica PEMATEC em 2011, encerrando uma experiência promissória de unir a agricultura ribeirinha e de estrada em torno de uma atividade agroindustrial integrada ao mercado mundial.

O agronegócio de grãos

A partir de 1999 instalou-se ao longo das rodovias pavimentadas localizadas no chamado Planalto do Santarém um grupo de produtores de cereais oriundos da região Sul do país com passagem pelo Centro-Oeste, provocando um salto na produção de arroz, milho e soja em Santarém e no município vizinho de Belterra (Figura 10). Em anos recentes, a produção local de soja correspondia de 4% a 5% do total embarcado no porto da CARGILL de Santarém. O restante da soja embarcada é proveniente do porto da CARGILL em Porto Velho, que recolhe a soja produzida na parte setentrional do Mato Grosso, de onde é levada de caminhão e carregada em barças que descem o rio Madeira até Santarém.

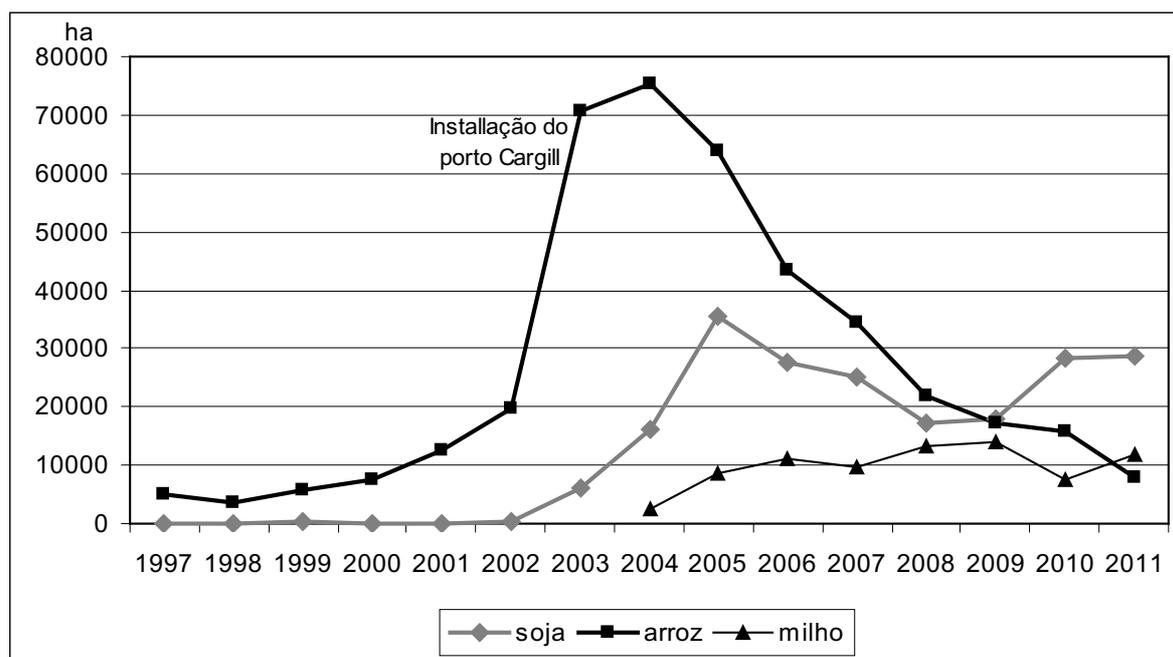


Figura 10 – Evolução da área plantada em grão comercial em Santarém e Belterra, 1997-2011.

Fonte: IBGE (1997-2011).

As técnicas do agronegócio de grãos são bastantes intensivas-em-capital, utilizando em larga escala maquinaria, calagem, fertilizantes e defensivos. A demanda por cal é tanta, que surgiram várias explorações de calcário em municípios vizinhos, sendo este enviado por transporte fluvial para processamento numa unidade trituradora na zona rural próxima à cidade. Também existem várias unidades de silagem, independentes ou que prestam serviço para CARGILL, localizadas ao longo da PA-370 e da BR-163. Todas as atividades geram emprego para a população rural local nas suas redondezas, mas raramente com remuneração acima do salário mínimo.

Os produtores de grão variam desde pequenos produtores de pouco mais de 100 hectares em grão até outros maiores, com milhares de hectares em produção, o que, embora grande pelo padrão agrícola anterior da área de estudo, ainda é bastante modesto relativo à região Centro-Oeste. A história de vida dos produtores acompanha a expansão da soja da região Sul, pelo Centro-Oeste até onde estão hoje. Um pequeno produtor entrevistado começou com 5 hectares no seu estado natal, Rio Grande do Sul, e em 2008 plantava 120 hectares de soja por safra. Ele, como os outros, foi atraído para Santarém pela perspectiva de se localizar próximo ao porto da CARGILL, visando escoar mais facilmente sua produção, abrindo a possibilidade de receber um preço superior àquele praticado no norte do Mato Grosso, de onde vem a maioria dos produtores. Um pequeno produtor afirmou que em 1999, seu último ano em Mato Grosso, ele recebeu apenas R\$15,00 por saca de soja, enquanto em Santarém, vendendo diretamente à CARGILL, ele recebeu entre R\$37,50 e R\$47,00 por saca em 2007.

Dependendo do tamanho do empreendimento, a soja introduz maior complexidade de trabalho na região. Um pequeno produtor de grão utiliza basicamente sua mão de obra familiar com auxílio de maquinaria e trabalho temporário pagando a diária comum

à região, R\$30,00 em 2008. Já o produtor maior, com 1.000 hectares plantados em grãos, tem divisão diferenciada de tarefas. Um capataz ganha dois salários e meio por mês, mais um pagamento por produtividade, que foi R\$14.800 em 2009. Além deste, há dois tratoristas com pagamento mensal de um salário e meio e três temporários contratados por seis meses no ano que ganham um salário mínimo por mês. O pequeno produtor de soja teve renda líquida de R\$49.680 em 2008, e o grande produtor, R\$124.000, mostrando como o uso de mão de obra familiar ou assalariado interfere no lucro final.

Os trabalhadores geralmente são pequenos produtores e seus familiares da vizinhança, de origem nordestina, que recebem treinamento pelo produtor de soja. Eles buscam trabalho fora de seu estabelecimento para aumentar sua renda, de forma que a introdução da soja não representa apenas um processo de concentração fundiária, proletarização real e êxodo rural, mas também cria semiproletários, personagens híbridos de proprietário e trabalhador.

O padrão das moradias dos produtores de soja é bem superior ao padrão rural e mesmo de muitas moradias urbanas. Como uma minoria dos produtores que fornecem soja para a CARGILL são de origem local, a presença dos sulistas bem-sucedidos gera inveja e ressentimento por parte da elite urbana paraense local.

Os produtores de soja e o porto da CARGILL foram atraídos a Santarém graças à campanha montada pela prefeitura em meados dos anos de 1990 que divulgou, nas regiões Sul e Centro-Oeste, como o Planalto de Santarém era excepcional na Amazônia para a agricultura mecanizada, e alertou para o fato de haver 600 mil hectares de terra já desmatados, não sendo preciso abrir a floresta primária para o plantio. Chegando em Santarém, os produtores de soja compraram áreas planas de fazendeiros e pequenos produtores, provocando saída de população do campo para bairros populares na cidade de Santarém. A mudança foi tão brusca em algumas áreas com plantio da soja, que foram fechadas escolas relativamente novas na zona rural por falta de aluno. Vários pequenos produtores que venderam suas terras fizeram migração rural-rural, indo ocupar novas terras nos limites das estradas vicinais, provocando nova onda de desmatamento, rumo ao leste e ao sul do município. Assim sendo, no conjunto da zona rural, portanto, a população rural diminuiu pouco, de 85.044 habitantes em 1991 para 78.790 habitantes em 2010, redução que também reflete a perda de população para os novos municípios de Belterra e Placas, desmembrados de Santarém no período (IBGE, 1991; 2010).

A introdução da soja e o aumento do desmatamento despertaram a atenção das ONGs locais, que acionaram ONGs nacionais e internacionais para uma campanha de protesto contra a soja na Amazônia, culminando com a polícia usando canhão de água no porto da CARGILL para retirar os manifestantes do alto da estrutura que leva grãos aos navios. A campanha, por sua vez, levantou um clamor da mídia, resultando em ações do Ministério Público e do IBAMA para fiscalizar e fechar temporariamente o porto, ao mesmo tempo em que os produtores foram intimados a cumprir a legislação de manter 80% da propriedade em floresta – Área de Reserva Legal – e a CARGILL foi pressionada para comprar somente a produção de quem cumprisse esse limite. Criou-se, assim, um impasse, porque os produtores estimulados pela prefeitura de Santarém tinham comprado propriedades já desmatadas em até 50% quando era outra a legislação ambiental em vigor na época de sua ocupação original.

Em 2008, os produtores assinaram um termo de compromisso com a CARGILL de não desmatar mais, e a CARGILL e a ONG norte-americana Land Conservancy International orquestraram um plano envolvendo a compra de áreas florestadas por um *pool* dos produtores equivalente ao necessário para compor 80% de suas propriedades em mata. Por trás, a CARGILL também pressionou o Governo Federal e o Congresso Nacional para modificar o Código Florestal, ou pelo menos para abrir uma exceção local, que acabou conseguindo na reunião entre ministérios de 5 de fevereiro de 2009 e dependente das mudanças realizadas no Código Florestal no Congresso em 2011 e 2012 e vetadas pela presidência.

Antes desses últimos eventos, porém, a difusão dos conflitos pela mídia e a dúvida quanto ao *status* legal do plantio local de soja provocaram o retorno de vários produtores para o Mato Grosso, causando a queda da área plantada em soja de 35.500 hectares em 2005 para 25 mil hectares em 2007. Antes de 2005, a área do arroz já estava em queda frente a problemas como o percevejo-marrão e o baixo preço pago aos agricultores pela agroindústria local. Do pique de 75.180 hectares em 2004, o arroz plantado caiu para 34.500 hectares em 2007, e os produtores entrevistados afirmaram que não voltarão a plantar o arroz no futuro, pois o plantio do arroz pode representar apenas uma etapa no preparo do solo para receber soja.

Junto aos problemas político-ambientais, a crise financeira mundial de 2008 parece ter também impactado negativamente a área com soja plantada em 2008 e 2009, 17.250 e 18 mil hectares, respectivamente (*idem*, 2009-2010). Por outro lado, o acordo entre ministérios de 2009, baixando novamente o limite da reserva florestal para 50% em propriedades localizadas ao longo da BR-163 e partes da BR-230 que foram desmatadas anteriormente a 2008, ao mesmo tempo em que surgiu uma nova demanda alternativa local para soja como matéria-prima de ração para ave (tratado abaixo), vem estimulando nova expansão de área plantada. Esta chegou a 27.500 hectares em 2010, equivalente à área plantada em 2006, antes do contra-ataque ambientalista, mas ainda muito abaixo da área de quase 10 milhões de hectares de soja plantada anualmente no Centro-Oeste (*idem*, 2006-2011).

Crescimento urbano e pequena produção hortigranjeira

Com o crescimento da cidade de Santarém, atingindo 215.970 habitantes em 2010 (IBGE, 2011), surgiu um mercado significativo para hortaliças de consumo tipicamente urbano. Diferentes hortaliças, como, por exemplo, alface, cebolinha, couve, salsa e tomate, exigem solos férteis, que só se encontram na zona da várzea, enquanto aqueles encontrados em zonas interfluviais ao longo das rodovias são pobres e ácidos, exigindo maior aplicação de insumos. Também, hortaliças são produtos perecíveis, que precisam chegar rapidamente ao mercado, exigem maiores cuidados culturais e geram muita produção e renda por área cultivada, sendo assim apropriadas para pequenos produtores ribeirinhos localizados ao longo do rio Amazonas nas ilhas próximas à cidade. Como o Tapajós não possui várzeas, produtores ribeirinhos dos municípios de Aveiros, Belterra e Itaituba não têm essa opção de cultivo.

Com o crescimento da cidade de Santarém também surgiu um mercado maior para aves, sobretudo frango, outra atividade adequada ao pequeno produtor (Figura 11).

Esse produto é a carne mais consumida por todas as classes sociais, inclusive pelo grupo majoritário de baixa renda, estimulando uma expansão exponencial da produção de frango, em ritmo muito maior do que o crescimento do rebanho bovino e suíno. A criação de porco também seria atividade apropriada ao pequeno produtor, mas em Santarém é explorada basicamente por ribeirinhos, e não por produtores localizados ao longo das rodovias, onde é frequente o ataque de onças.

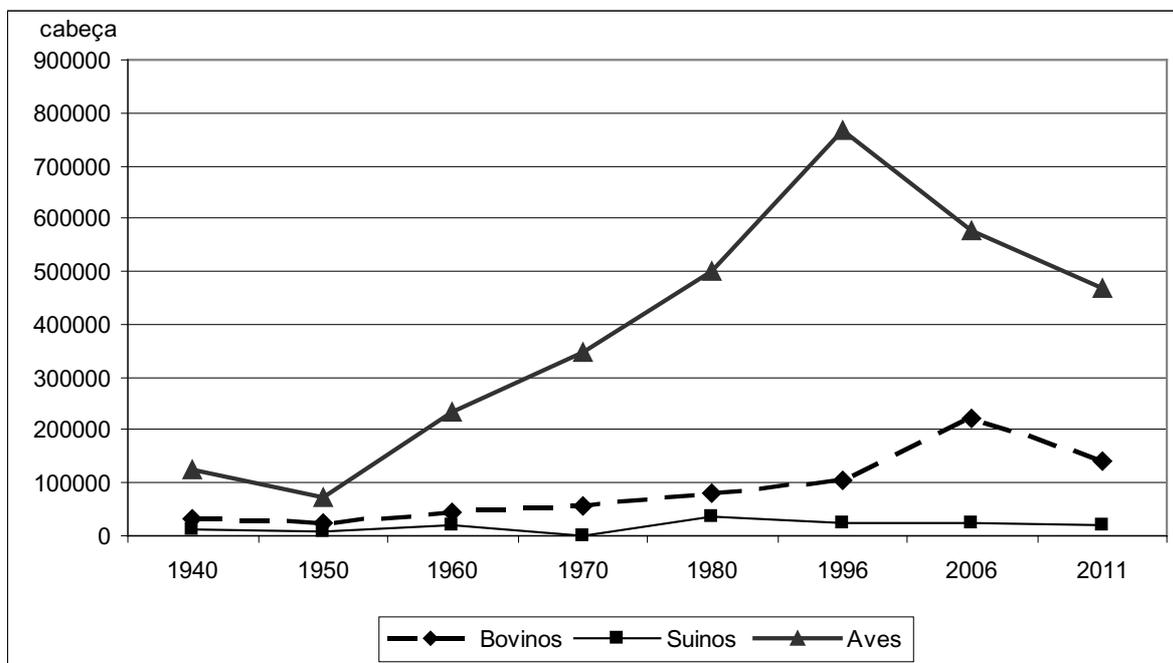


Figura 11 – Evolução do número de animais por tipo de criação em Santarém, 1940-2011.

Fonte: IBGE (1940-2006; 2000; 2011).

A expansão da produção de frango também está sendo estimulada pela instalação de um frigorífico de aves, a Avespará. A abatedora tem firmado contratos de financiamento de instalação de granjas em pequenas propriedades, incluindo o fornecimento de pinto, ração e assistência técnica. A renda líquida de um produtor familiar na região era de R\$38.250 em 2009, bastante elevada, mas que exige longas horas de trabalho, sete dias por semana. No primeiro ano não há renda líquida para o produtor enquanto ele está pagando o custo da instalação da estrutura da granja, de forma que é necessária outra fonte de renda na propriedade ou uma poupança inicial para passar esse período sem renda.

Em 2008 foram encontrados oito produtores fornecedores associados ao frigorífico ao longo da BR-163 até 100 quilômetros de Santarém e sete ao longo da rodovia PA-370 em direção a Boa Esperança, número que expandiu para dez e doze, respectivamente, em 2010. A empresa possuía uma unidade de abate situada próxima à cidade. Essa unidade, em função do mau cheiro, foi realocada mais distante da zona urbana na BR-163. A Avespará também opera uma fábrica de ração que consome parte da produção local de soja. Além disso, traz mais soja do Mato Grosso pela BR-163, quando está transitável. Diferentemente da CARGILL, a Avespará não descarta o uso de grão geneticamente

modificado e nem de soja de área desflorestada. A expansão da produção de milho após 2000 também se deve à produção mecanizada visando atender à demanda da fábrica de ração.

Apesar da demanda crescente de frango em Santarém e a instalação de granjas intensivas, a produção *caiu* na década de 2000 em função da expansão da área em grão mecanizado, que também provocou a queda de produção dos outros animais. Outra limitação à avicultura local é o fato de que nos supermercados de Santarém parte do frango chega de fora, vinda do Tocantins, Goiás e Minas Gerais, sendo vendida por um preço de 27% a 28% menor do que o de produção local. Só o frango orgânico de Paraná tem preço maior, 28% mais caro. Na verdade, há maiores custos de produção de aves em Santarém pela necessidade de trazer vários insumos de fora.

Madeira beneficiada para exportação

Normalmente, na Amazônia, a atividade madeireira acompanha a colonização agrícola ao longo das estradas recém-construídas. Após 1985, com o Governo Federal cada vez mais neoliberal em relação a obras de infraestrutura, as madeiras chegaram a construir estradas, transformando trilhas dos agricultores em ramais e mesmo abrindo estradas em mata primária (PERZ et al., 2008). Em Santarém, porém, em função da fraca atividade agrícola ao longo das rodovias durante a segunda metade do século XX, a exploração de madeira sempre foi modesta em comparação a outras partes do estado do Pará. Houve um pequeno surto de exploração madeireira durante a Segunda Guerra Mundial e novamente nos anos de 1970 com a construção das rodovias BR-163 e BR-230, mas a atividade permaneceu em modestas proporções até recentemente.

Após 2000, contudo, com a diminuição da madeira disponível no sul do Pará, após décadas de exploração insustentável, e com a crescente fiscalização da atividade naquela parte do estado, várias madeiras se transferiram para a BR-163, focando suas atividades em Novo Progresso, mas atuando nas estradas vicinais em toda a extensão da rodovia e também na parte da BR-230 que a corta em Rurópolis. Em função do péssimo estado de conservação das rodovias, dificultando o acesso da mídia, suas atividades permanecem mais ocultas. Contudo, o IBAMA está atento e vem combatendo o desmatamento, usando o monitoramento por satélite em tempo real e a política do “boi pirata”, isto é, confisco do gado em algumas fazendas com pasto ilegal como maneira de coagir os outros pecuaristas a respeitar a legislação.

Ao redor de Santarém há quase quarenta madeiras que recebem toras e pranchões retirados das áreas remotas para beneficiamento, gerando maior valor agregado. Produzem tábua aparelhada, lambri de forro, aduela de porta e tábua corrida de chão, que são embarcados no porto de Santarém, de onde seguem para outras regiões do país ou são exportados para a Europa e a América do Norte (Figura 12).



Figura 12 – Madeira beneficiada sendo embarcada no Porto de Santarém.

Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2008).

O volume da atividade madeireira cresceu tanto, que hoje responde pela maior parte do emprego de baixa qualificação na cidade. Contudo, não há números precisos sobre o emprego gerado no setor, uma vez que a maioria dos funcionários das serrarias trabalha sem carteira assinada, e, portanto, não pode se afiliar ao Sindicato dos Trabalhadores de Madeira. Este afirma que os pagamentos no setor raramente ultrapassam um salário mínimo por mês.

A Transformação da Cidade de Santarém

Através dos séculos a cidade de Santarém surgiu e se desenvolveu como portal e suporte de diferentes fronteiras, introduzindo novas atividades, desde o extrativismo florestal e mineral até a atual economia agroindustrial, gerando nesse processo maior emprego e valor agregado localmente e uma nova divisão social de trabalho. Desde o século XIX os principais ciclos econômicos foram baseados na intermediação, e depois, cada vez mais no processamento de produtos rurais primários, tais como borracha, juta, pimenta-do-reino, ouro, madeira, cacau, cupuaçu, carne bovina, frango, arroz e soja. No passado, a maioria dos produtos foi exportada, mas na maneira em que cresce, a cidade de Santarém passa a consumir cada vez mais a produção local.

Com a construção de rodovias estaduais ao sul e ao leste da cidade a partir dos anos de 1950 e com a construção das rodovias BR-163 e BR-230, a agropecuária expandiu-se rapidamente até a década de 1970. Contudo, após esta data a cidade cresceu, sobretudo

com a descoberta de ouro em áreas remotas do município de Itaituba, que esvaziou a fronteira agrícola e cujo término da exploração fez refluir boa parte dos garimpeiros para a zona urbana de Santarém e Itaituba. A introdução da soja no fim dos anos de 1990, por sua vez, provocou outro deslocamento de pequenos produtores que venderam suas terras próximas à cidade, migrando para as frentes de expansão do oeste do Pará ou para a própria cidade de Santarém. Várias levas de população rural e imigrantes de outras regiões também contribuíram para a expansão urbana, atraídos pelo dinamismo dos outros setores econômicos da cidade (Figuras 13 e 14).

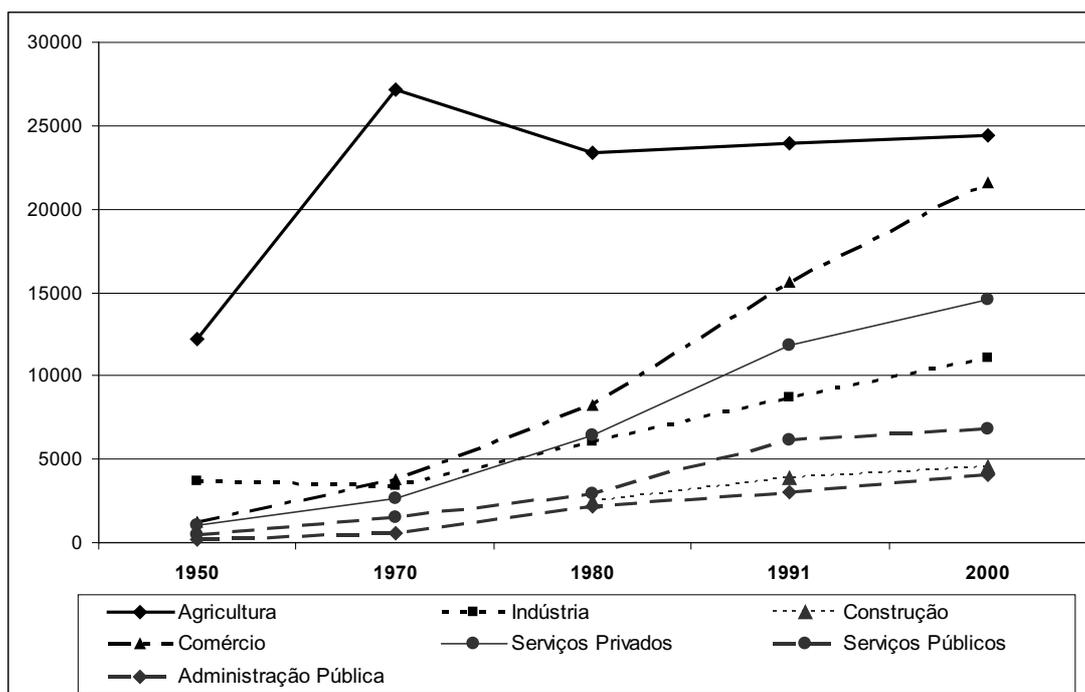


Figura 13 – Evolução do emprego por setor econômico.
Fonte: FIBGE (1970-2000).

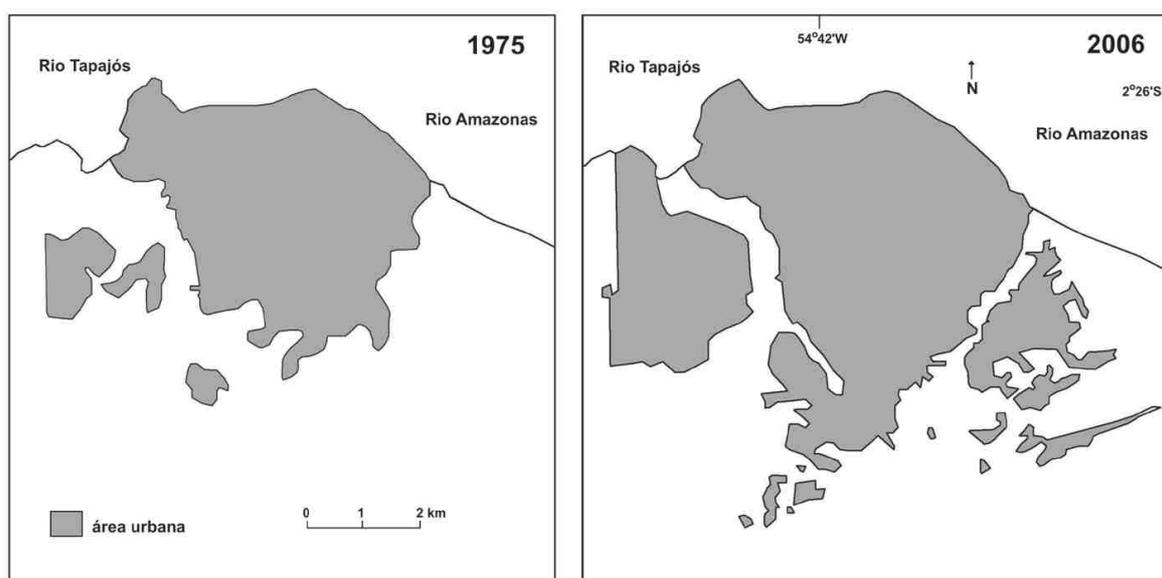


Figura 14 – Expansão urbana em Santarém, 1975 e 2006.
Fonte: CARGILL (2008, p. 16).

Hoefle, S. W.

O símbolo maior das mudanças econômicas recentes são as instalações da CARGILL (Figura 15). A CARGILL emprega trabalhadores que ganham bem acima da média local por tipo de posição: em 2008, R\$600 para jardineiro, R\$1.200 para vigia, R\$900 para recepcionista, chegando a R\$3.200 para engenheiro. Obviamente, esses salários são insignificantes para uma empresa transnacional do porte da CARGILL, mas até o recepcionista expressa gratidão por um emprego prestigioso que paga o dobro do salário mínimo, uma raridade localmente.



Figura 15 – O porto graneleiro da Cargill.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Como centro regional a cidade desenvolve um comércio mais especializado e sofisticado, e essa transformação econômica é representada pelos supermercados, lojas de departamento e estabelecimentos de comércio especializado em móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, vestuário e calçado, que sucederam as antigas lojas e armazéns da orla.

Os serviços públicos e privados também expandiram, fazendo de Santarém um centro regional de serviços ambientais, técnico-agrícolas, médico-hospitalares, educacionais e político-ideológicos, havendo cinco bancos diferentes localizados no centro da cidade atendendo às necessidades financeiras dessas atividades. Existem escritórios de órgãos federais do IBAMA, INCRA e ICMBio, que, juntos com a importante organização não governamental IPAM, fiscalizam e prestam auxílio técnico-ambiental à população rural de todo o oeste do Pará. Há hospitais, clínicas e laboratórios públicos e privados atendendo às necessidades de uma crescente população urbana e a população rural de uma grande hinterlândia. Além de possuir grande número de escolas primárias e secundárias, Santarém conta com duas universidades particulares e uma universidade federal recém-implantada, a Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA. Santarém é sede de diocese com bispo que coordena as ativida-

des de um grande número de paróquias no oeste paraense. Finalmente, a cidade é parada obrigatória para políticos de nível estadual e federal em época de eleição.

Partes do funcionalismo local, como nos serviços de ordenamento da fronteira, são prestados por funcionários federais de alto nível que entraram no IBAMA e no INCRA por via de concurso público. Nos serviços de saúde e de educação trabalha-se muito. Houve, porém, expansão do funcionalismo em outros setores administrativos nos quais pouco se trabalha.⁷ Neste aspecto, o Santarém lembra a tese clássica de Lipton (1977) sobre o desenvolvimento do domínio dos parasitas urbanos, no qual um aparato de emprego público urbano privilegiado se monta em cima da população produtiva. No caso de Santarém, esta última é composta de agricultores ribeirinhos de origem local, de comerciantes urbanos e agricultores de estrada oriundos da região Nordeste e mais recentemente dos sulistas engajados no agronegócio e no funcionalismo federal, acrescentando mais uma dimensão de desentendimento entre a população paraense e as pessoas de fora oriundas de realidades socioeconômicas bem distintas. O setor fantasma só não é mais nocivo ao desenvolvimento regional porque é basicamente sustentado por transferência de fundos federais às instâncias estaduais e municipais, que se expandiram em grande escala com a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a “descentralização política”, com frágeis controles de fiscalização administrativa.

Contudo, são justamente os serviços públicos e privados que atraem a população para morar na cidade, ao mesmo tempo em que o agronegócio provoca êxodo rural. A população que sai do campo é raramente composta de indivíduos com níveis de educação e qualificação de trabalho que permitam aproveitar as novas oportunidades urbanas de emprego. Geralmente, vem se juntar às famílias urbanas subempregadas que vivem na periferia da cidade e sobrevivem graças a programas sociais federais como a bolsa família. Quando conseguem emprego, geralmente é no setor madeireiro ou no setor público como merendeira ou gari, ganhando um salário mínimo. Serão seus filhos, agora com acesso a serviços de educação e de qualificação do trabalho, que talvez venham a aproveitar as novas oportunidades urbanas.

Assim sendo, através dos anos a evolução das diferentes atividades em Santarém resultou na agregação de maior valor à produção, e a economia local se transformou com a mudança da base de exportação dos produtos de extrativismo florestal e mineral, aos produtos agrícolas processados visando o mercado local, regional, nacional e internacional. Historicamente, porém, o valor agregado geralmente beneficiou exclusivamente uma elite comercial, enquanto a grande massa de trabalhadores sem qualificação recebeu baixa remuneração. Novas atividades unindo a agricultura e a indústria e os ecossistemas dos rios e das estradas geraram nova divisão de trabalho mais complexa que elevou um pouco a renda da maioria. A pecuária extensiva típica da fronteira agrícola e o extrativismo ribeirinho foram substituídos por novas atividades mais rentáveis que podem ser exploradas em área menor e, assim, são mais apropriadas ao pequeno produtor. Além disso, novos postos de trabalho fora da agricultura foram abertos nos setores de armazenamento e de beneficiamento agroindustrial, e estes pagam de um a quatro salários mínimos, gerando renda superior àquela dos pequenos produtores ribeirinhos e de estrada. Em conclusão, no caso aqui estudado, Santarém mescla a exploração predatória primária, fadada a desaparecer ao longo prazo, com novas tendências urbano-industriais, que têm futuro mais promissor.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo também integrada aos projetos “As cidades como *locus* do desenvolvimento sustentável do território na Amazônia” e “Estudo comparativo de ética ambiental e identidade cultural”, ambos desenvolvidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro com auxílio do CNPq.

Referências Bibliográficas

AMORIM, A. T. *Santarém: uma síntese histórica*. Santarém: Ulbra, 2000.

BARBIER, E. B. *Scarcity and Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BICALHO, A. M. S. M. Agricultural-industrial Integration and New Applications of Natural Fibres: Jute Floodplain Cropping in the Amazon Reborn? *Revijaza Geografijo*, [s.l.], 4(1), p.15-26, 2009.

_____. Forestry Management in Inhabited Conservation Units: The Tapajós National Forest as a Model of Community Governance. In: CAWLEY, M.; BICALHO, A. M. S. M.; LAURENS, L. (orgs.). *The Sustainability of Rural Systems: Local and Global Challenges and Opportunities*. Galway: National University of Ireland-Galway/CSRS-IGU, 2013 (no prelo).

BILLINGTON, R. A. *The American Frontier Thesis*. Washington, DC: American Historical Association, 1971.

BRECHIN, G. *Imperial San Francisco*. Berkeley: University of California Press, 1999.

BROWDER, J. O.; GODREY, B. J. *Rainforest Cities: Urbanization, Development and Globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.

CARGILL. *Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícolas S.A. (RIMA)*. São Paulo: Cargill; CPEA, 2008.

CRONIN, W. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: Norton, 1991.

DENEVAN, W. M. Comments on Prehistoric Agriculture in Amazonia. *Culture&Agriculture*, [s.l.], 20(2/3), p.54-9, 1998.

FONSECA, W. D. *Santarém: momentos históricos*. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973(1963).

GRAMACHO, I. C. P., MAGNO, A. E. S., MANDRINO, E. P., MATOS, A. *Cultivo e beneficiamento do cacau na Bahia*. Ilhéus: CEPLAC, 1992.

GRANDIN, G. *Fordlândia: a ascensão e a queda da cidade perdida na selva de Henry Ford*. São Paulo: Rocco, 2010.

HENNESSY, A. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

HINE, R. V.; FARAGHER, J. M. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.

HORNBORG, H. Ethnogenesis, Regional Integration and Ecology in Prehistoric Amazonia. *Current Anthropology*, [s.l.], 46(4), p.589-629, 2004.

IBGE. Santarém. In: *Enciclopédia de municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957, p.462-9.

_____. Microrregião 12 (PA). In: *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censos agrícolas e agropecuários*. Rio de Janeiro, 1940-2006.

_____. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1920-2010.

_____. *@cidade, @estados*. Rio de Janeiro, 1997-2011.

LATHRAP, D. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson, 1970.

LIPTON, M. *Why the Poor Stay Poor: Urban Bias in World Development*. London: Temple Smith, 1977.

LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951 (1913).

MATTA, R.; LARAIA, R. *Índios e Castanheiros*. Petrópolis: Paz e Terra, 1979(1967).

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1987(1970).

Hoefle, S. W.

MEINIG, D. W. *The Shaping of America*. 3 volumes. New Haven: Yale University Press, 1985; 1993; 1998.

OLIVEIRO, R. L. M. *A história de Itaituba*. Itaituba: manuscrito, 2008.

PERZ, S. G., Caldas, M., Walker, R, Arima, E. e Souza, C. Road Networks and Forest Fragmentation. *Journal of Latin American Geography*, [s.l.], 7(2), p.85-104, 2008.

PINHEIRO, E. C. *Curauá*. Rio de Janeiro: Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1928.

PRADO JR., C. *História econômica no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987(1945).

RABELLO, E. L. *20 anos nos garimpos do Tapajós*. Santarém: edição do autor, 2006.

SILVA, H. I. B.; BICALHO, A. M. S. M. População residente e estrutura produtiva no Parque Nacional da Amazônia – PA. *Campo-Território Revista de Geografia Agrária*, [s.l.], 7(13), p.115-33, 2012.

TAYLOR, P. J. Problemizing City/State Relations: Towards a Geohistorical Understanding of Contemporary Globalization. *Transactions of the IBCG*, [s.l.], 32(2), p.133-50, 2007.

TURNER, F. J. *The Significance of the Frontier in American History*. New York: Frederick Ungar, 1963 (1893).

WOLF, E. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹ O autor agradece pela colaboração nos levantamentos de campo a Thiago Dália Mourão, Hélio Beiroz Imbrosio da Silva, Arthur Almeida da Silva Guimarães, Felipe da Silva Machado e aos professores Ana Maria de Souza Mello Bicalho da UFRJ e Vincent Nedelec da Université de Rennes, integrantes da equipe do projeto de cooperação internacional CNPq-IRD.

² Veja Grandin (2010) para maiores detalhes sobre a experiência da Ford na Amazônia.

³ Dirija-se a Bicalho (2013) para maiores detalhes.

⁴ Veja Silva e Bicalho (2012) para detalhes sobre o conflito entre o IBAMA, o INCRA e os pequenos produtores.

⁵ O CEPLAC culpa a tentativa de plantar cacau em terra firme da Amazônia pela disseminação da praga de “vassoura-de-bruxa” pelo país, que quase aniquilou a importante região de cacau no sul da Bahia (GRAMACHO et al., 1992).

⁶ Veja Bicalho (2009) para maiores detalhes sobre a inserção deste setor na economia verde global.

⁷ Num determinado momento do trabalho de campo, chegando ao endereço de uma suposta repartição pública, não havia sequer prédio administrativo, só casas residenciais, cujos moradores desconheciam o órgão procurado.